



HOMOLOGAÇÃO	
D.M. 6 / 1 / 00	
D.O.U. 10 / 1 / 00	Seção 1 P. 418
ATO: PM-30 611/00	
D.O.U. 10 / 1 / 00	Seção 1 P. 398

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MANTENEDORA/INTERESSADO: Centro Universitário de Votuporanga/Fundação Educacional de Votuporanga		UF: SP
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do curso de Administração		
RELATOR(a) CONSELHEIRO(a): Hésio de Albuquerque Cordeiro		
PROCESSO Nº: 23000.007911/99-77		
PARECER Nº: CES 1.092/99	CÂMARA OU COMISSÃO: CES	APROVADO EM: 23/11/99

I – HISTÓRICO

O presente parecer refere-se ao processo de renovação de reconhecimento do curso de Administração, ministrado pelo Centro Universitário de Votuporanga, mantido pela Fundação Educacional de Votuporanga, com sede na cidade de Votuporanga, Estado de Mato Grosso.

O referido curso foi reconhecido pelo Decreto 79872/77 e pela Portaria MEC 13/88.

O processo em tela foi constituído em atendimento à Portaria Ministerial 755/99, que em seu art. 8º determina que, no exercício de 1999, serão submetidos ao processo de renovação de reconhecimento os cursos de graduação em Administração, Direito e Engenharia Civil ministrados pelas instituições relacionadas nos Anexos I, II e III da Portaria.

Para verificar as condições de funcionamento do curso foi designada Comissão de Avaliação pela Portaria SESu/MEC 667/99, que atribuiu ao curso os seguintes conceitos:

- Corpo Docente – CR
- Projeto Pedagógico – CR
- Instalações – CB

A Comissão de Avaliação apresentou, entretanto, as seguintes recomendações para a melhoria do curso:

A

I - Quanto ao Corpo Docente:

1. O regime de trabalho (preferencialmente 20 horas e 4 horas com DE). Desta forma, o Coordenador do Curso poderá ter um corpo docente com mais ou menos experiência prática, dependendo da disciplina do curso e com condições de desenvolver as estratégias necessárias para a melhoria do Ensino.
2. Implementação de políticas que incentivem os docentes a desenvolverem estudos juntamente com o corpo docente para incrementar a produção docente. Os trabalhos de estágios podem representar uma estratégia para a elaboração de "cases" empresariais, visando à elaboração de artigos técnico-científicos para publicação. Além desta estratégia, os professores também poderão elaborar "cases" a partir das atividades que desenvolvem junto ao segmento empresarial (iniciação científica).
3. Incentivo maior aos docentes para participarem de Seminários, Congressos, Estágios em outras IES, bem como incrementar as viagens de Estudo e Visitas técnicas.
4. Promover cursos de atualização tais como, Metodologia do Ensino Superior, Organização Didático-Pedagógica, Estrutura Organizacional da IES entre outros.
5. Desenvolver e Institucionalizar programa para capacitação docente em parceria com outras IES do Estado e/ou Nacional, visando incrementar o número de Mestres e Doutores.
6. Promover, no início do semestre, reunião com o corpo docente, objetivando alinhar: Plano de Ensino, Formas de avaliação, Ementários e Bibliografias, contribuindo para o desenvolvimento dos aspectos intra e inter disciplinares.
7. Desenvolver um plano de carreira adequado à realidade e às necessidades da IES.
8. Rever o regimento interno, buscando definir os campos de atuação (Direitos e Deveres) do docente, aluno e coordenador, visando maior integração entre alunos, docentes e coordenador de Curso, contribuindo para uma gestão transparente, uniforme e efetiva.
9. Promover, no âmbito da IES, palestras, encontros e cursos sobre as novas diretrizes curriculares para o curso de Administração, bem como incentivar a coordenação do curso a participar de cursos sobre gestão acadêmica.
10. Envolver maior número possível de docentes nas atividades de estágio supervisionado (curricular), objetivando incrementar a troca de experiência, evitando a sobrecarga de orientação na figura do professor responsável pela referida disciplina, bem como promover uma interação do corpo docente com o aluno e comunidades interna e externa.

D

II – Quanto à Organização Didático - Pedagógica:

1. Elaborar, redigir e institucionalizar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO, ou seja, definir a Missão, Finalidade do curso, Objetivos e Perfil Profissiográfico pretendido para o egresso, à luz de uma ADMINISTRAÇÃO e PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO elaborado a partir do envolvimento de todos os segmentos que fazem parte do ambiente interno e externo da IES.
2. Atualização sistemática dos planos de ensino, principalmente, no que concerne à atualização das práticas avaliativas, métodos de ensino-aprendizagem e bibliografia.
3. Definição e consolidação de uma política de estágios ao longo do curso de Administração. A carga horária de 300 horas pode ser desdobrada ao longo do curso para favorecer a compreensão dos assuntos teóricos em relação ao que é observado na prática.
4. Proporcionar um trabalho de conscientização periódico junto ao aluno das últimas fases do curso com respeito à seriedade do EXAME NACIONAL DE CURSOS (PROVÃO), realizado anualmente pelo MEC, visando com isso um maior aproveitamento da capacidade e interesse dos formandos.
5. Incrementar as práticas pedagógicas, principalmente as que procuram desenvolver a capacidade reflexiva e interpretativa dos discentes, como por exemplo: "Position Paper", Estudos de Casos, Dramatizações, Painel de Debates, Resenha Crítica, dentre outras.
6. Fortalecer o processo de avaliação existente, devendo criar estratégias para ampla divulgação dos resultados, bem como envolver no processo de avaliação os segmentos externos, tais como: Conselho de Classe, Dirigentes Comerciais, Federação do Comércio e da Indústria, Organizações Públicas e Privadas, dentre outras. O Processo de Avaliação deve ser contínuo para promover a melhoria da qualidade do ensino.
7. Implantar a orientação metodológica com estratégia para incremento da produção científica, bem como o aprimoramento do Estágio Curricular e os trabalhos acadêmicos.
8. Criação de instrumentos como "Jornada da Consciência Acadêmica, Prêmio Monografia" e/ou "Jornal do Empreendedor", no âmbito da Instituição.
9. Desenvolver e implementar um processo de planejamento estratégico, envolvendo aspectos relacionados à missão, objetivos e estratégias voltadas ao curso de Administração e à Instituição.
10. Fortalecer a representação estudantil, procurando estimular a empresa júnior e o diretório acadêmico, através da participação em reuniões com o corpo diretivo.

D

11. Desenvolver instrumento de controle mais efetivo no que diz respeito ao cumprimento dos 200 dias letivos, principalmente no que se relaciona à frequência do aluno em sala de aula.
12. Flexibilizar o calendário acadêmico por parte da Secretaria, para que o Professor possa definir dentro do contexto de sua disciplina as datas de suas avaliações.
13. Rever o CURRÍCULO DO CURSO, EMENTÁRIO E SEQÜÊNCIA LÓGICA DAS DISCIPLINAS, à luz das novas diretrizes definidas pelo MEC, buscando implementar essas mudanças, no início do ano 2000.
14. Incluir no currículo do curso a disciplina "Tópicos Especiais" , esta disciplina permite oxigenar e flexibilizar o Currículo, promovendo uma atualização constante do curso.

III – Quanto às Instalações:

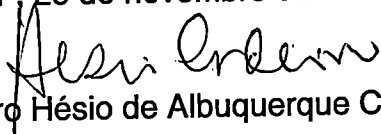
1. Incremento do acervo bibliográfico (livros), por matérias do currículo mínimo, definidas pela Resolução nº 2/93 do CFE. Além da atualização, o curso deve desenvolver esforços, além dos já desenvolvidos, para contemplar, no mínimo, o acervo listado na Biblioteca Básica dos Cursos de Graduação em Administração, elaborada pela CEEAD da SESu/MEC.
2. Elaboração de sumários correntes de obras incorporadas ao acervo bibliográfico para favorecer a disseminação de informação junto aos diferentes segmentos envolvidos no curso.
3. Incrementar o acervo de bases de dados, para consultas e pesquisas bibliográficas, procurando, dentro do possível, assinar base de dados de títulos de periódicos nacionais e estrangeiros.
4. Incrementar o número de computadores por aluno, objetivando alcançar o índice recomendado pelo MEC de 2 horas por dia/aluno.

II - VOTO DO RELATOR

Do exposto, voto favoravelmente à renovação do reconhecimento do curso de Administração, ministrado pelo Centro Universitário de Votuporanga, mantido pela Fundação Educacional de Votuporanga, pelo prazo de 4 (quatro) anos, determinando, entretanto, que a Instituição adote as providências necessárias para atender as recomendações da Comissão Verificadora, até a fase de avaliação das condições de funcionamento do curso, com vistas à renovação do seu reconhecimento.



Brasília-DF, 23 de novembro de 1999.


Conselheiro Hésio de Albuquerque Cordeiro - Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o Voto do Relator.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1999.


Conselheiros: Roberto Cláudio Frota Bezerra - Presidente


p/ Arthur Roquete de Macedo – Vice-Presidente

1092/99



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DO ENSINO SUPERIOR
COORDENAÇÃO GERAL DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR**

RELATÓRIO SESu/COSUP N° 745 /99

Assunto : Renovação do reconhecimento de cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil relacionados no anexo I da Portaria Ministerial n.º 755/99.

I - HISTÓRICO

Com a edição do Decreto n.º 2.026 de 10 de outubro de 1996, este Ministério estabeleceu as bases para implantação de um sistema de avaliação de cursos e instituições de ensino superior.

Nele estão contidos dois importantes instrumentos de avaliação, que pela sua natureza são complementares, e que foram sucessivamente implantados. Trata-se do Exame Nacional de Cursos - ENC, da competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e a Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação, de responsabilidade desta Secretaria.

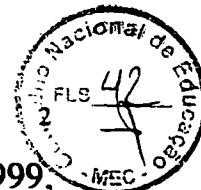
Considerando a existência de três resultados do ENC, aplicados respectivamente em 1996, 1997 e 1998, e dois resultados das Condições de Oferta, 1997/98 e 1999, iniciou-se a integração entre o sistema de avaliação e o sistema de supervisão do ensino superior, este último de grande amplitude, pois dele derivam todos os procedimentos para autorização e reconhecimento de cursos e o credenciamento de instituições.

O reconhecimento de cursos foi eleito como precursor do processo de integração, pela sua relevância dentro do sistema de supervisão e pelo efeito prático imediato que resulta da aplicação do art.46 da Lei n.º 9.394/96.

Faz-se necessário esclarecer, que cada sistema tem objetivos e consequências distintas, isto é, enquanto o sistema de avaliação visa estabelecer referenciais de qualidade para a oferta dos cursos de graduação e apontar caminhos para sua melhoria, o sistema de supervisão apropria-se dos resultados obtidos pelo sistema anteriormente referido para fixar requisitos mínimos de qualidade para autorizar e reconhecer cursos de graduação e credenciar instituições de ensino superior.

sl

23000.000.0000.0000



A Portaria Ministerial n.º 755, de 11 de maio de 1999, materializa esta integração ao referenciar-se aos resultados do Exame Nacional de Cursos e da Avaliação das Condições de Oferta, para determinar o conjunto de instituições, que possuem cursos de graduação numa determinada área do conhecimento, a serem avaliados, pelos procedimentos habituais da supervisão, objetivando a renovação do seu reconhecimento.

Em cumprimento do disposto na Portaria MEC n.º 755/99, a SESu/MEC determinou a avaliação dos cursos de **Administração, Direito e Engenharia Civil**, ministrados pela instituições de ensino relacionadas no anexo I, do mesmo instrumento legal.

Para cada instituição foi constituído um processo contendo o ato legal de reconhecimento do respectivo curso, os resultados das avaliações realizadas pelo MEC, a saber, Exame Nacional de Cursos e Condições de Oferta, e outras informações julgadas relevantes.

Para examinar as condições de funcionamento dos cursos, com vistas à renovação do seu reconhecimento, a SESu/MEC designou Comissões, constituídas por especialistas da área, que após visita às instituições, e aplicação do instrumento de Avaliação das Condições de Oferta, apresentaram relatório individual, por curso, atribuindo conceitos globais a três grandes grupos de indicadores, quais sejam: Corpo Docente, Projeto Pedagógico e Instalações.

A partir do último relatório de supervisão elaborado pela Comissão de Avaliação designada pela SESu, propõe-se à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, o prazo para renovação do reconhecimento do curso ou a revogação do ato que o reconheceu.

II – MÉRITO

A Comissão de Avaliação realizou análise comparativa das condições atuais de oferta do curso, tendo como referência o resultado da Avaliação das Condições de Oferta realizada em 1997/1998 e os três conceitos atribuídos pelo Exame Nacional de Cursos.

Esta Secretaria ao encaminhar os processos à deliberação do Conselho Nacional de Educação adotou o seguinte critério para recomendar o prazo de renovação do reconhecimento dos cursos, ou a revogação do ato de reconhecimento, considerando os conceitos atribuídos pela Comissão de Avaliação aos três grupos de indicadores relativos ao Corpo Docente, Projeto Pedagógico e Instalações.

SR



A avaliação que conduziu:

- conceito igual a **CI (Condições Insuficientes)** em qualquer dos três indicadores de avaliação, recomenda à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que delibere acerca da aplicação do disposto na alínea "b" **Parágrafo único** do art. 3º da Portaria Ministerial n.º 755/99, que determina a revogação do ato de reconhecimento do curso;
- conceito **CR (Condições Regulares)** em três grupos de indicadores de avaliação, recomenda a renovação do reconhecimento pelo prazo três anos;
- conceito **CR** em um dos grupos de indicadores de avaliação, quando os demais grupos tenha obtido conceitos **CB** ou **CMB**, recomenda a renovação do reconhecimento pelo prazo de quatro anos;
- conceito **CB (Condições Boas)** ou **CMB (Condições Muito Boas)** nos três grupos de indicadores de avaliação, recomenda a renovação do reconhecimento pelo prazo de cinco anos.

Anexo a este relatório, encontra-se a planilha contendo a relação dos processos de renovação de reconhecimento dos cursos de **Administração, Direito e Engenharia Civil**, com os resultados das avaliações realizadas pela SESu e a sua indicação à partir dos critérios acima descritos.

Ao propor a revogação do ato de reconhecimento dos cursos que receberam em um ou mais grupos de indicadores o conceito **CI**, esta Secretaria considerou que as instituições não adotaram as necessárias providências para corrigir as inconformidades com os padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelas Comissões de Especialistas de Ensino da SESu, apontadas na última avaliação das Condições de Oferta realizada em 97/98. Tendo em vista, no entanto, o que estabelece o artigo 6º da Portaria 755/99, esta Secretaria remete à Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação para que delibere acerca da possibilidade de cumprimento, pelas instituições que tenham cursos na situação acima descrita, de prazo para saneamento das deficiências identificadas.

Sk



Encaminhe-se os processos relacionados no anexo deste Relatório à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, acompanhados dos processos individuais de cada curso, para deliberação.

À consideração superior.
Brasília, 29 de setembro de 1999.

SUSANA REGINA SALUM RANGEL
Coordenadora Geral de Supervisão do Ensino Superior
DEPES/SESu

LUIZ ROBERTO LIZA CURI
Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior
DEPES/SESu

n.º	Processo	Instituição	UF	Sede	Conceitos da última avaliação			Prazo proposto (anos)
					Corpo Doc	Proj. Ped.	Infra-estru	
					1999	1999	1999	
1	23000007326/99-77	Faculdades Integradas UPIS	DF	Brasília	CMB	CMB	CMB	5
2	23000009225/99-31	Centro de Ensino Superior de Jataí	GO	Jataí	CR	CR	CR	3
3	23000007322/99-16	Faculdades Integradas de Cassilândia	MS	Cassilândia	CR	CB	CR	4
4	23000007915/99-28	Faculdades Integradas de Naviraí	MS	Naviraí	CB	CB	CB	5
5	23000008547/99-71	Faculdades Unidas de Várzea Grande	MT	Várzea Grande	CR	CB	CR	4
6	23000007900/99-51	Centro Universitário de João Pessoa	PB	João Pessoa	CR	CR	CMB	4
7	23000008788/99-48	Fac.Reu. Adm., Ciên. Contáb. e Ciên. Eco.de Palmas	PR	Palmas	CR	CR	CB	4
8	23000007390/99-76	Universidade Salgado de Oliveira	RJ	São Gonçalo	CR	CB	CMB	4
9	23000007649/99-14	ABEU- Faculdades Integradas	RJ	Belford Roxo	CR	CR	CR	3
10	23000008540/99-22	Universidade Federal de Roraima	RR	Boa Vista	CR	CR	CR	3
11	23000007629/99-07	Faculdade de Ciências Contábeis de Itapetininga	SP	Itapetininga	CR	CR	CR	3
12	23000007628/99-36	Faculdade de Administração de Assis	SP	Assis	CR	CR	CB	4
13	23000007648/99-43	Universidade Metropolitana de Santos	SP	Santos	CB	CB	CB	5
14	23000007919/99-89	Faculdades Integradas de Cruzeiro	SP	Cruzeiro	CR	CR	CR	3
15	23000007911/99-77	Centro Universitário de Votuporanga	SP	Votuporanga	CR	CR	CB	4
16	23000007909/99-25	Centro Universitário de São José do Rio Preto	SP	São José do Rio Preto	CB	CR	CB	4
17	23000007912/99-30	Faculdades Integradas de Guarulhos	SP	Guarulhos	CR	CR	CB	4
18	23000008652/99-56	Universidade do Oeste Paulista	SP	Presidente Prudente	CR	CR	CMB	4
19	23000008543/99-11	Universidade de São Francisco	SP	São Paulo	CR	CR	CR	3
20	23000008542/99-58	Faculdade de Adm.Ciencias Econ. E Cont.de Guaratinguetá	SP	Guaratinguetá	CR	CR	CMB	4
21	23000009016/99-51	Universidade Ibirapuera	SP	São Paulo	CB	CB	CMB	5
22	23000011168/99-31	Centro Universitário Monte Serrat	SP	Santos	CB	CMB	CMB	5
23	23000012360/99-54	Universidade Federal da Paraíba	PB	Bananeiras	CB	CB	CR	4

